



JUSTIÇA FEDERAL
Tribunal Regional Federal da 4ª Região



Colégio
M0001

Sala
0001

Ordem
0001

Julho/2025

Concurso Público para Provimento de Cargos de Analista Judiciário – Área Apoio Especializado Especialidade Análise de Sistemas de Informação

Nome do Candidato _____
Caderno de Prova '03', Tipo 001

Nº de Inscrição
MODELO

Nº do Caderno
TIPO-001

Nº do Documento
0000000000000000

ASSINATURA DO CANDIDATO _____

PROVA

Conhecimentos Gerais
Conhecimentos Específicos
Discursiva-Estudo de Caso

INSTRUÇÕES

Quando autorizado pelo fiscal de sala, transcreva a frase ao lado, com sua caligrafia usual, no espaço apropriado na Folha de Respostas.

Michel Foucault, filósofo francês, dedicou-se à reflexão entre poder e conhecimento.

- Verifique se este caderno:
 - corresponde a sua opção de cargo.
 - contém 50 questões, numeradas de 1 a 50.
 - contém a proposta e o espaço para o rascunho da Prova Discursiva-Estudo de Caso.Caso contrário, solicite imediatamente ao fiscal da sala a substituição do caderno. Não serão aceitas reclamações posteriores.
- Para cada questão existe apenas UMA resposta certa.
- Leia cuidadosamente cada uma das questões e escolha a resposta certa.
- Essa resposta deve ser marcada na FOLHA DE RESPOSTAS que você recebeu.

VOCÊ DEVE

- Procurar, na FOLHA DE RESPOSTAS, o número da questão que você está respondendo.
- Verificar no caderno de prova qual a letra (A,B,C,D,E) da resposta que você escolheu.
- Marcar essa letra na FOLHA DE RESPOSTAS, conforme o exemplo: (A) ● (C) (D) (E)
- Ler o que se pede na Prova Discursiva-Estudo de Caso e utilizar, se necessário, o espaço para rascunho.

ATENÇÃO

- Marque as respostas com caneta esferográfica de material transparente de tinta preta ou azul. Não será permitida a utilização de lápis, lapiseira, marca-textos, régua ou borracha durante a realização da prova.
- Marque apenas uma letra para cada questão. Será anulada a questão em que mais de uma letra estiver assinalada.
- Responda a todas as questões.
- Não será permitida nenhuma espécie de consulta ou comunicação entre os candidatos, nem a utilização de livros, anotações, códigos, manuais, notas ou impressos não permitidos, máquina calculadora ou similar.
- Em hipótese alguma o rascunho da Prova Discursiva-Estudo de Caso será corrigido.
- Você deverá transcrever sua Prova Discursiva-Estudo de Caso, a tinta, na folha apropriada.
- A duração da prova é de 4 horas para responder a todas as questões objetivas, preencher a Folha de Respostas e fazer a Prova Discursiva-Estudo de Caso (rascunho e transcrição) na folha correspondente.
- Ao término da prova, chame o fiscal da sala e devolva todo o material recebido.
- É proibida a divulgação ou impressão parcial ou total da presente prova. Direitos Reservados.

**CONHECIMENTOS GERAIS****Língua Portuguesa**

Atenção: Para responder às questões de números 1 a 5, baseie-se no texto abaixo.

Escolha ética do sujeito

*Afirma o psiquiatra e terapeuta suíço Carl Gustav Jung, em seu livro **Memórias, sonhos e reflexões**: "Quando se toca no mal, corre-se o risco iminente de se sucumbir a ele. O homem, de um modo geral, não deve sucumbir nem mesmo ao bem. Um pretensão bem ao qual se sucumbe perde seu caráter moral, não porque tenha se tornado um mal em si, mas porque simplesmente se sucumbiu a ele."*

Nessa passagem Jung faz compreender a condicionante decisiva desse especial e mais grave "sucumbir" que nos vitima: nossa submissão sem volta a um campo de julgamento em que os valores já estão firmados e cristalizados em polarizações mecânicas.

Para Jung, o bem e o mal "constituem, juntamente, um todo paradoxal". E continua: "o indivíduo [...] procura ansiosamente as regras e as leis exteriores às quais possa ater-se cegamente nos momentos de perplexidade". E lembra ele que é comum atribuir a essas regras e leis exteriores a qualificação definitiva de "fatos", antes mesmo de qualquer busca de comprovação.

Pode parecer-nos oportuno abandonar, por exemplo, a complexidade dos desafios do nosso tempo para nos submetemos à ideologia mais confortável e simplificadora, à qual passamos a nos agarrar sem sombra de reflexão mais séria. Escolhemos aquilo que nos parece mais natural, mais fácil. No entanto, antes de julgar o valor da específica escolha adotada no cardápio vicioso de valores já assentados, Jung considera, assim, o malefício fundamental do nosso acatamento irrefletido de uma escolha que, a rigor, sequer chegamos a escolher.

(Silvério Tárrega, a editar)

1. Ao considerar os valores a que podemos sucumbir, Jung considera que
 - (A) só os parâmetros marcadamente benévolos podem ser aceitos por nós sem qualquer restrição.
 - (B) a submissão ao mal é uma característica de quem não avaliou as vantagens inequívocas do bem.
 - (C) para virmos a adotar qualquer atitude ética precisamos confiar na nossa capacidade intuitiva.
 - (D) a mais grave das submissões está em nos resignarmos a acatar irrefletidamente normas externas de conduta.
 - (E) nos momentos de perplexidade devemos avaliar a possibilidade de se escolher com ligeireza entre o bem e o mal.

2. A complexa e contraditória moral do homem pode ser deduzida da seguinte passagem do texto:
 - (A) *Quando se toca no mal, corre-se o risco iminente de se sucumbir a ele.*
 - (B) *nossa submissão sem volta a um campo de julgamento em que os valores já estão firmados.*
 - (C) *o bem e o mal "constituem, juntamente, um todo paradoxal".*
 - (D) *nos submetemos à ideologia mais confortável e simplificadora.*
 - (E) *nosso acatamento irrefletido de uma escolha.*

3. Considerando-se o contexto, traduz-se adequadamente o sentido de um segmento do texto em:
 - (A) *risco iminente de se sucumbir* (1^o parágrafo) = perigo transitório de se deixar tentar.
 - (B) *compreender a condicionante decisiva* (2^o parágrafo) = dar-se conta da cláusula determinante.
 - (C) *às quais possa ater-se cegamente* (3^o parágrafo) = nas quais tenha fé de modo irresoluto.
 - (D) *sem sombra de reflexão mais séria* (4^o parágrafo) = à margem de uma revelação menos sombria.
 - (E) *acatamento irrefletido de uma escolha* (4^o parágrafo) = sujeição da crítica a uma única opção.

4. As normas de concordância verbal estão plenamente observadas na frase:
 - (A) Estendem-se aos seres humanos a possibilidade de resistirem aos valores morais extremos.
 - (B) Cuidarão bem de suas escolhas, em variadas circunstâncias, quem sobre elas refletir seriamente.
 - (C) Não haverão cautelas suficientes para chegar a bons resultados quem não tenha consciência das escolhas.
 - (D) Devem-se aprimorar nas escolhas a serem feitas o critério moral que melhor possa sustentá-las.
 - (E) Cuidam de agir de acordo com sua consciência crítica aqueles a quem só anima uma reflexão isenta.



5. É gramaticalmente regular a substituição proposta para o elemento sublinhado na frase:
- (A) *Um pretense bem ao qual se sucumbe perde seu caráter moral* = pelo qual se é deixado levar.
 - (B) (...) *desse especial e mais grave "sucumbir" que nos vitima* = de cujo somos vítimas.
 - (C) *leis exteriores às quais possa ater-se* = das quais possa fixar-se.
 - (D) *é comum atribuir a essas regras* = delegar nessas
 - (E) *à qual passamos a nos agarrar* = mediante a qual

Atenção: Para responder às questões de números 6 a 10, baseie-se no texto abaixo.

Sobre a tranquilidade da alma

Há desejos nossos que não devem ser levados para muito longe de nós; permitamos-lhes, então, que saiam apenas para as proximidades, de vez que não podem ser totalmente domesticados. Abandonando aquilo que não pode acontecer, ou que só muito dificilmente poderia estar ao nosso alcance, sigamos as coisas próximas que favorecem nossa esperança. Saibamos, no entanto, que essas coisas mais junto de nós podem ser levianas, e embora tenham por fora diversas faces, por dentro são igualmente vãs.

E não invejemos as criaturas que estão mais alto: o que parece altura é também precipício. Aqueles, pelo contrário, aos quais uma sorte iníqua conduziu a uma encruzilhada, mais seguros estarão diminuindo sua soberba nas coisas que naturalmente levam à altivez orgulhosa de si.

Muitos, na verdade, existem imperiosamente atados às alturas, e de lá não podem descer a não ser caindo. Nada, todavia, nos livrará das flutuações da alma como o saber fixar sempre um limite às ambições, sem deixá-las ao arbítrio da fortuna, assim como deter-nos a nós mesmos diante das promessas vertiginosas. Ainda que venham a excitar a alma, ou por isso mesmo, alguns dos nossos desejos, uma vez limitados, não avançarão temerariamente às regiões do que é imenso e incerto.

Vejam: é aos imperfeitos, medíocres e insensatos que se dirigem esses meus preceitos, não ao sábio. O sábio não precisa caminhar com timidez, pé ante pé: ele tem tanta confiança em si mesmo e em seus recursos que não hesita em sair ao encontro do seu destino. Não tem, por isso, que temê-lo; aprendeu a viver sabendo o que pertence ao rol das coisas precárias e o que, estando ao seu alcance, cumpre-lhe guardar como seu.

(Adaptado de SÊNECA. **Sobre a tranquilidade da alma**. Trad. José Rodrigues Seabra Filho. São Paulo: Nova Alexandria, 1994, p. 51)

6. Ao valorizar positivamente o senso que cada um de nós deve ter de seus próprios limites, Sêneca não deixa de relativizar essa virtude, ao nos advertir:
- (A) *desejos nossos que não devem ser levados para muito longe de nós.* (1º parágrafo).
 - (B) *essas coisas mais junto de nós podem ser levianas* (1º parágrafo).
 - (C) *não invejemos as criaturas que estão mais alto* (2º parágrafo).
 - (D) *mais seguros estarão diminuindo sua soberba* (2º parágrafo).
 - (E) *Muitos, na verdade, existem imperiosamente atados às alturas* (3º parágrafo).
7. Ao final do texto, Sêneca explica que seus preceitos se dirigem aos imperfeitos, medíocres e insensatos, porque acredita que
- (A) as pessoas de má instrução necessitam mais do que as outras das luzes iluminadoras dos ideais humanos.
 - (B) as virtudes que ele apregoa visam à conversão de quem não sabe valorizar a ambição humana.
 - (C) os demais homens já renunciaram aos altos ideais, conformando-se sabiamente com a fatalidade das coisas vãs.
 - (D) os sábios já divisam dentro de si mesmos o que lhes cabe limitar para poderem cumprir seu destino.
 - (E) um homem sábio crê que as coisas precárias existem para se curvarem ao sentimento da ambição.



8. *E não invejemos as criaturas que estão mais alto: o que parece altura é também precipício.*

Numa nova redação, a frase acima manterá sua correção e sua coerência caso se substitua o segmento sublinhado por:

- (A) assemelha-se ao que é alto tudo o que pode cair.
- (B) precipita-se de tão alto quanto parecia ser.
- (C) a ilusão da altura leva à grande queda.
- (D) a precipitação supõe a maior altura.
- (E) o precipício ilude quanto à sua altura.

9. É plenamente regular a pontuação da frase:

- (A) Estarão mais seguros aqueles que, com sensatez, avaliarem a força de seus limites, uma vez desafiados pelo destino.
- (B) Coube a Sêneca transmitir, aos seus contemporâneos, lições de virtudes que surpreendentemente, atravessaram os séculos.
- (C) Talvez Sêneca se incluía, entre os sábios confiantes nos preceitos que nos desviam da tentação do inalcançável.
- (D) Entendendo nossa alma, como uma região de flutuações íntimas, deveríamos atentar sempre, para evitar tais dissipações.
- (E) É imperioso nesse texto, considerar que o destino impõe-se a nós, com a severidade de quem é forte, diante do fraco.

10. Ainda que venham a excitar a alma, alguns dos nossos desejos não serão contemplados.

A adequada correlação entre os tempos e os modos da frase acima estará mantida nesta outra configuração, substituindo-se os elementos sublinhados, respectivamente, por:

- (A) viessem a excitar – não tinham sido contemplados.
- (B) excitassem – não foram contemplados.
- (C) excitem – não teriam contemplado.
- (D) tivessem excitado – não contemplarão.
- (E) tenham excitado – não terão sido contemplados.

Noções sobre Direitos das Pessoas com Deficiência

11. Considere:

- I. Prioridade no atendimento à pessoa com deficiência com maior dificuldade de inserção no campo de trabalho.
- II. Provisão de suportes individualizados que atendam a necessidades específicas da pessoa com deficiência, inclusive a disponibilização de recursos de tecnologia assistiva, de agente facilitador e de apoio no ambiente de trabalho.
- III. Oferta de aconselhamento e de apoio aos empregadores, com vistas à definição de estratégias de inclusão e de superação de barreiras, exceto atitudinais.
- IV. Articulação intersetorial das políticas públicas.

Nos termos da Lei nº 13.146/2015, constitui modo de inclusão da pessoa com deficiência no trabalho a colocação competitiva, em igualdade de oportunidades com as demais pessoas. A colocação competitiva da pessoa com deficiência pode ocorrer por meio de trabalho com apoio, observadas determinadas diretrizes. Sobre tais diretrizes, está correto o que consta APENAS em

- (A) I e IV.
- (B) II, III e IV.
- (C) I, II e IV.
- (D) I, II e III.
- (E) III.



12. Os parques públicos, possuidores não só de belas paisagens vegetais, como de equipamentos de lazer e brinquedos, constituem grande atrativo à população. A Lei nº 10.098/2000 exige que uma porcentagem mínima de cada brinquedo e equipamento de lazer existentes em vias públicas, parques e demais espaços de uso público devem ser adaptados e identificados, tanto quanto tecnicamente possível, para possibilitar sua utilização por pessoas com deficiência, inclusive visual, ou com mobilidade reduzida. A porcentagem mínima mencionada e que deve ser observada, portanto, nos parques públicos corresponde a
- (A) 2%.
 - (B) 10%.
 - (C) 15%.
 - (D) 3%.
 - (E) 5%.

Inteligência Artificial e Inovação

13. Durante a implantação de sistemas de inteligência artificial em apoio à tramitação processual, a equipe de inovação tecnológica do Poder Judiciário é orientada a observar os princípios estabelecidos pela Resolução CNJ nº 332/2020. Nessa perspectiva, o uso de sistemas de IA no âmbito judicial deve ser conduzido de modo que
- (A) favoreça soluções com alto grau de autonomia operacional, mesmo que a supervisão humana se restrinja a fases finais do processo.
 - (B) adote sistemas com foco na automação de decisões técnicas, reduzindo a necessidade de validação constante por profissionais do direito.
 - (C) garanta a transparência dos procedimentos e preserve os direitos fundamentais dos jurisdicionados.
 - (D) promova o uso de algoritmos com desempenho eficiente, ainda que desprovido de mecanismos nativos de interpretação de resultados pelos usuários.
 - (E) restrinja o desenvolvimento de soluções próprias em favor da adoção de tecnologias consolidadas no setor privado, com foco na padronização externa.
14. Durante a elaboração de uma nova solução para triagem de processos no Poder Judiciário, a equipe de inovação propõe o uso de um modelo de linguagem de larga escala, capaz de interpretar textos jurídicos extensos, gerar resumos automáticos e classificar informações para facilitar a decisão humana. Com base nos conceitos de inteligência artificial (IA) e considerando o papel de diferentes sistemas, essa proposta caracteriza o uso de
- (A) um sistema baseado em regras fixas, capaz de extrair trechos padronizados de documentos, mas com capacidade contextual de interpretação ou síntese textual limitada.
 - (B) um sistema de IA generativa treinado para sintetizar textos a partir de conteúdos jurídicos, com foco em apoio à tomada de decisão e ausência de geração autônoma de novos dados.
 - (C) uma arquitetura de IA especializada em rotinas de classificação binária, estruturada com base em regras de decisão previamente parametrizadas.
 - (D) um modelo de linguagem de larga escala, especializado em processamento e compreensão de linguagem natural.
 - (E) um agente de IA voltado à mediação de tarefas cognitivas, com ênfase em respostas interativas e execução de comandos baseados em linguagem natural.

Sustentabilidade e Meio Ambiente

15. A Agenda 2030 da ONU é um plano global para se alcançar, em 2030, um mundo melhor para todos os povos e nações. A Assembleia Geral das Nações Unidas, realizada em Nova York, em setembro de 2015, com a participação de 193 estados membros, estabeleceu 17 objetivos de desenvolvimento sustentável. A esse respeito, o
- (A) ODS 5, sobre igualdade de gênero, aborda exclusivamente o combate à violência física contra mulheres, não contemplando aspectos como participação política, empoderamento econômico ou discriminação no ambiente de trabalho.
 - (B) ODS 13, referente às mudanças climáticas, estabelece metas apenas para países industrializados, isentando países em desenvolvimento de compromissos com a redução de emissões de gases de efeito estufa.
 - (C) ODS 4 propõe assegurar a educação inclusiva, equitativa e de qualidade, promovendo oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todas as pessoas, com metas específicas para ampliar o acesso à educação em todos os níveis.
 - (D) ODS 1 foca exclusivamente na erradicação da fome e na segurança alimentar, não abordando outras dimensões da pobreza como acesso a serviços básicos ou proteção social.
 - (E) ODS 6, sobre água e saneamento, limita-se a estabelecer metas para o acesso à água potável e saneamento básico em áreas urbanas, não se aplicando às áreas rurais.



16. Em 2024, o Rio Grande do Sul enfrentou uma emergência climática sem precedentes, evidenciando os impactos devastadores da mudança climática em nível local e global. Diante desse cenário alarmante, torna-se imperativo que o Brasil intensifique seus esforços para enfrentar os desafios impostos pelas mudanças climáticas. Nesse contexto, a Política Nacional sobre Mudança do Clima (PNMC), instituída pela Lei nº 12.187/2009, estabelece diretrizes fundamentais para a ação governamental e a mobilização da sociedade em busca de um desenvolvimento sustentável e resiliente, sendo que a referida lei estabelece que
- (A) as empresas de pequeno porte estão isentas de adotar medidas de redução de emissões de gases de efeito estufa, sendo estas obrigações aplicáveis apenas às grandes corporações.
 - (B) o Sistema Brasileiro de Comércio de Emissões de Gases de Efeito Estufa (SBCE), previsto na lei, é o único instrumento econômico disponível para a implementação da PNMC, não sendo permitida a utilização de outros mecanismos financeiros.
 - (C) os princípios da precaução e da prevenção não se aplicam à PNMC, que adota exclusivamente o princípio do poluidor-pagador como base para suas ações.
 - (D) todos têm o dever de atuar, em benefício das presentes e futuras gerações, para a redução dos impactos decorrentes das interferências antrópicas sobre o sistema climático.
 - (E) a participação da sociedade civil no desenvolvimento e implementação da PNMC é restrita aos especialistas acadêmicos, não sendo permitida a contribuição de outros setores da sociedade.

Noções de Direito Administrativo

17. Considere a seguinte situação hipotética: Xisto é Prefeito de determinado Município do Estado do Rio Grande do Sul e está sendo processado pela prática de ato de improbidade administrativa causador de prejuízo ao erário. Na petição inicial, o Ministério Público, autor da ação, enquadrou a conduta de Xisto em um dos incisos do artigo 10, da Lei nº 8.429/1992. Nos termos da Lei de Improbidade Administrativa (Lei nº 8.429/1992), caso Xisto seja condenado, uma das sanções passíveis de lhe ser aplicada, dentre outras, é o pagamento de multa civil
- (A) de até 12 vezes o valor da remuneração percebida pelo agente, podendo ser aumentada até o triplo, se o juiz considerar que, em virtude da situação econômica do réu, o valor for ineficaz para reprovação e prevenção do ato de improbidade.
 - (B) de até 24 vezes o valor da remuneração percebida pelo agente, podendo ser aumentada até o dobro, em virtude da gravidade do ato praticado, independentemente da situação econômica do réu.
 - (C) equivalente ao valor do dano, não podendo ser aumentada em nenhuma circunstância, haja vista expressa disposição legal nesse sentido.
 - (D) equivalente a 2 vezes o valor do dano, podendo ser aumentada até o triplo, em virtude da gravidade do ato praticado, independentemente da situação econômica do réu.
 - (E) equivalente ao valor do dano, podendo ser aumentada até o dobro, se o juiz considerar que, em virtude da situação econômica do réu, o valor for ineficaz para reprovação e prevenção do ato de improbidade.
18. Considere a seguinte situação hipotética: Atena, servidora pública do Tribunal Regional Federal da 4ª Região, foi eleita Deputada Federal. Nesse caso, está afastada de seu cargo público, exercendo o referido mandato eletivo. Nos termos preconizados pela Constituição Federal, apesar do afastamento, o tempo em que Atena está exercendo o mandato eletivo
- (A) será contado para todos os efeitos legais, exceto para promoção por merecimento.
 - (B) será contado para todos os efeitos legais, sem qualquer exceção.
 - (C) será contado para todos os efeitos legais, exceto para benefício previdenciário.
 - (D) não será computado para quaisquer efeitos legais, por disposição expressa da Constituição Federal nesse sentido.
 - (E) será contado para todos os efeitos legais, exceto para promoção por merecimento e para benefício previdenciário.
19. Ares e Zeus são servidores públicos federais há dez anos. Em fevereiro de 2025, ambos praticaram condutas vedadas, conforme preceitua a Lei nº 8.112/1990. Ares revelou segredo do qual se apropriou em razão do cargo, e Zeus acumulou ilegalmente dois cargos públicos. Nos termos da mencionada Lei nº 8.112/1990,
- (A) ambas as condutas estão sujeitas à penalidade de advertência.
 - (B) a conduta de Ares está sujeita à penalidade de advertência e a de Zeus à penalidade de demissão.
 - (C) ambas as condutas estão sujeitas à penalidade de demissão.
 - (D) a conduta de Ares está sujeita à penalidade de demissão e a de Zeus à penalidade de advertência.
 - (E) a conduta de Ares está sujeita à penalidade de advertência e a de Zeus à penalidade de suspensão.
20. Uma das hipóteses de não conhecimento do recurso administrativo, prevista na Lei nº 9.784/1999, se dá quando o recurso foi interposto perante órgão incompetente. Nesse caso, consoante dispõe a mencionada lei,
- (A) estará a Administração impedida de rever de ofício o ato ilegal, ainda que não ocorrida preclusão administrativa.
 - (B) será indicada ao recorrente a autoridade competente, sendo-lhe devolvido o prazo para recurso.
 - (C) o não conhecimento do recurso inviabiliza nova interposição recursal, haja vista o equívoco cometido pelo recorrente, não cabendo à Administração indicar ao recorrente a autoridade competente na hipótese.
 - (D) será indicada ao recorrente a autoridade competente, de modo a instruí-lo do correto trâmite procedimental, todavia, não haverá devolução de prazo para recurso.
 - (E) poderá a Administração rever de ofício o ato ilegal, independentemente de ocorrida preclusão administrativa.

**CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS**

21. De acordo com a documentação da Plataforma Digital do Poder Judiciário – PDPJ-Br, para que uma API seja considerada do tipo RESTful, ela precisa
- (A) ter uma arquitetura cliente/servidor formada por clientes e servidores, com solicitações gerenciadas por meio dos protocolos HTTP e FTP.
 - (B) estabelecer uma comunicação *statefull* entre cliente e servidor, ou seja, as solicitações não são separadas e/ou desconectadas.
 - (C) armazenar dados em *cache* para otimizar as interações entre cliente e servidor.
 - (D) ter uma interface diferente para cada componente para que as informações possam ser transferidas em diferentes formatos.
 - (E) ter um sistema sem camadas que organiza os tipos de servidores envolvidos na recuperação das informações solicitadas sem hierarquias.
-
22. Os microsserviços da Plataforma Digital do Poder Judiciário (PDPJ) são desenvolvidos com tecnologias de código aberto, são implementados com o uso do *Spring framework*, e Java é a principal linguagem de programação. De acordo com a documentação da PDPJ, faz parte do ecossistema do *Spring Framework* o
- (A) *Swagger*, que organiza os *scripts* SQL que são executados no banco de dados, funcionando como um controle de versão.
 - (B) *Flyway*, serviço de documentação que descreve APIs RESTful expressas usando JSON.
 - (C) *Zuul*, que fornece os recursos de cliente para o serviço de descoberta Eureka.
 - (D) *Netflix Eureka*, que tem como principal função ser um ponto único de entrada, distribuindo as requisições entre as diversas instâncias de serviços.
 - (E) *Data Envers*, que é um módulo Hibernate que adiciona funcionalidades de auditoria às *entities* JPA.
-
23. O JPA é uma especificação da plataforma Java que define um padrão para mapeamento objeto-relacional (ORM) e gerenciamento de persistência de dados. No JPA, a forma padrão de realizar o mapeamento de objetos Java (POJOs) para tabelas de bancos de dados relacionais é por meio de
- (A) configurações XML como *persistence.xml*, *entity.xml* e *mapping.xml*.
 - (B) anotações como *@Entity*, *@Id*, *@Table* e *@Column*.
 - (C) interfaces como *EntityFactory*, *QueryBuilder* e *PersistenceUnit*.
 - (D) classes como *HibernateSession*, *EntityManagerFactory* e *DataManager*.
 - (E) anotações como *@Database*, *@Primary*, *@Relation* e *@Field*.
-
24. Uma equipe de desenvolvimento está criando uma aplicação que precisa gerar diferentes tipos de relatórios (PDF, Excel ou HTML). Cada tipo de relatório requer um processo de construção complexo e específico. Nesse cenário, o padrão de projeto criacional da *Gang of Four* (GoF) mais adequado para encapsular a criação de objetos complexos, permitindo a construção de diferentes representações e facilitando a adição de novos tipos de objetos sem alterar o código existente é o
- (A) *Builder*, que separa a construção de um objeto complexo de sua representação, permitindo que o mesmo processo de construção crie diferentes representações.
 - (B) *Prototype*, que cria novos objetos copiando uma instância existente.
 - (C) *Factory Method*, que define uma interface para criar um objeto, mas permite às subclasses decidirem qual classe instanciar.
 - (D) *Singleton*, que garante que uma classe tenha apenas uma instância e fornece um ponto global de acesso a ela.
 - (E) *Object Pool*, que mantém um conjunto de objetos prontos para uso, evitando o custo de criação repetida.
-
25. Ao tentar acessar um serviço por meio de uma requisição a uma API RESTful, a aplicação cliente recebeu como resposta o código HTTP 500. Com base nas convenções do protocolo HTTP, esse código indica que
- (A) a requisição foi malformada ou continha parâmetros inválidos, e o servidor não conseguiu processá-la.
 - (B) o recurso solicitado não foi encontrado no servidor.
 - (C) a requisição foi bem-sucedida, mas o servidor optou por não retornar nenhum conteúdo.
 - (D) o servidor recebeu a requisição, mas não tem autorização para executá-la.
 - (E) ocorreu um erro interno no servidor que o impediu de concluir a requisição.



26. Considere o exemplo abaixo, relacionado ao sistema de tramitação processual em um tribunal:

```
interface ServidorJudiciario {  
    void analisarProcesso();  
    void realizarAudiencia();  
}  
  
class AnalistaTI implements ServidorJudiciario { }
```

Segundo o *Princípio da Segregação de Interface* (ISP), pertencente ao conjunto de princípios SOLID, esse código apresenta um problema de *design*, já que a classe `AnalistaTI` é obrigada a implementar o método `realizarAudiencia()`, mesmo que esse comportamento não se aplique a sua função, que é técnica e não jurisdicional. Para corrigir essa violação ao ISP, a abordagem mais adequada é

- (A) remover o método `realizarAudiencia()` da interface `ServidorJudiciario`, criando interfaces separadas para responsabilidades distintas, pois nenhum cliente deve ser forçado a depender de métodos que não utiliza.
 - (B) manter a interface `ServidorJudiciario` como está, mas implementar o método `realizarAudiencia()` na classe `AnalistaTI` com um corpo vazio, garantindo compatibilidade com a interface.
 - (C) tornar o método `realizarAudiencia()` um método *default* com implementação vazia na interface, permitindo que `AnalistaTI` não precise sobrescrevê-lo.
 - (D) substituir a interface `ServidorJudiciario` por uma classe abstrata que implemente `analisarProcesso()` e `realizarAudiencia()` com comportamento genérico, permitindo que `AnalistaTI` herde dela.
 - (E) implementar uma exceção no método `realizarAudiencia()` da classe `AnalistaTI`, lançando `UnsupportedOperationException` sempre que ele for chamado.
-
27. Uma equipe de segurança de um tribunal está revisando suas práticas de desenvolvimento de *software*. Durante uma auditoria interna, identificou-se que os requisitos de segurança das infraestruturas e processos de desenvolvimento não estão formalizados. De acordo com o *Secure Software Development Framework* (SSDF) versão 1.1, a medida mais alinhada à tarefa PO.1.1 da prática Preparar a Organização (PO), que foca em identificar e documentar todos os requisitos de segurança para as infraestruturas e processos de desenvolvimento de *software*, é
- (A) revisar a documentação técnica dos sistemas legados para verificar possíveis falhas estruturais que indiquem a necessidade de modernização ou substituição.
 - (B) estabelecer diretrizes para que fornecedores compartilhem periodicamente indicadores técnicos e métricas de segurança sobre os produtos entregues.
 - (C) criar um repositório centralizado contendo as rotinas de *backup* e restauração dos ambientes de produção, homologação e testes automatizados.
 - (D) definir políticas para proteger a infraestrutura de desenvolvimento e processos ao longo do ciclo de vida de desenvolvimento de *software*, incluindo componentes de *software* de terceiros.
 - (E) implementar um plano de comunicação institucional que informe os usuários finais sempre que forem identificadas falhas de segurança em ambientes de produção.
-

28. Considere o código abaixo:

```
function identidade<T>(valor: T): T {  
    return valor;  
}
```

Trata-se de uma função

- (A) JavaScript, tipada dinamicamente com verificação em tempo de execução.
- (B) reutilizável TypeScript, com verificação em tempo de execução.
- (C) TypeScript, com tipagem estática, que só pode ser usada com tipos primitivos.
- (D) TypeScript, reutilizável e tipada dinamicamente com verificação em tempo de compilação.
- (E) reutilizável JavaScript, interpretada diretamente no próprio navegador.



29. Considere o trecho de código abaixo, parte de um sistema de processo eletrônico desenvolvido com Jakarta EE 10+, que utiliza *Jakarta Authorization* para controle de acesso baseado em papéis (*roles*).

```
@Path("/processos")
@RolesAllowed({"juiz", "advogado"})
public class ProcessoResource {

    @GET
    @Path("/{id}")
    public Response consultarProcesso(@PathParam("id") Long id) {
        // Consulta de processo
    }

    @POST
    @Path("/julgar")
    @RolesAllowed("juiz")
    public Response julgarProcesso(Julgamento julgamento) {
        // Julgamento de processos
    }
}
```

Com base no código e nas anotações utilizadas,

- (A) o caminho `/processos` leva à execução dos métodos `consultarProcesso` ou `julgarProcesso`, dependendo do perfil que acessa a classe.
- (B) `juiz` pode somente julgar processos e `advogado` pode somente consultar processos.
- (C) apenas usuários autenticados com papel `juiz` podem acessar `/julgar`, enquanto `juiz` e `advogado` podem consultar processos.
- (D) a consulta de processos está liberada somente para usuários com perfil de `advogado`.
- (E) `{id}` é um parâmetro abstrato de perfil permitido para acessar o método `consultarProcesso`.
-
30. Hibernate 5.x introduziu suporte nativo para as classes da API de Data e Hora do Java 8 (`java.time`), como
- (A) `Year`, `Month`, `Day` e `Instant`.
- (B) `LocalDate`, `LocalTime` e `LocalDateTime`.
- (C) `DateTime`, `TimeStamp` e `DateInterval`.
- (D) `DateTimeZone`, `DateTimeImmutable` e `DateTimeOffset`.
- (E) `NodaTime`, `ZonedDateTime` e `DurationTime`.
-
31. O comando da Angular *Command Line Interface* para gerar automaticamente um serviço Angular com o nome `processos`, localizado dentro do diretório `src/app/core/services/` do projeto Angular, em condições ideais, é o
- (A) `ng generate component core/services/processos`.
- (B) `npx g s core/services/processos`.
- (C) `ng generate service core/services/processos`.
- (D) `npm g s service core/services/processos`.
- (E) `npm generate service core/services/processos`.
-
32. Um desenvolvedor está estudando as diferenças e semelhanças entre linguagens de programação para aprimorar a interoperabilidade entre sistemas. Durante esse estudo, ele concluiu corretamente que o tipo de dado primitivo com nome e propósito semelhante nas linguagens Java e JavaScript é o
- (A) `int`.
- (B) `double`.
- (C) `char`.
- (D) `boolean`.
- (E) `float`.



33. Considere o bloco de código JavaScript abaixo, em condições ideais.

```
const papel = "juiz";
const fase = "julgamento";
let mensagem;
if (papel === "juiz" && fase === "julgamento") {
  mensagem = "Você pode emitir a sentença.";
} else if (papel === "advogado" && fase === "instrução") {
  mensagem = "Você pode apresentar suas alegações finais.";
} else if (papel === "servidor" && fase === "análise") {
  mensagem = "Organize os autos para análise inicial.";
} else {
  mensagem = "Aguardando ação.";
}
document.write("Mensagem:", mensagem);
```

Para manter o resultado após a execução, a parte da estrutura de seleção (if/else if/else) pode ser corretamente substituída pelo uso de operadores ternários, da seguinte forma:

- (A) `mensagem = (papel == "juiz" && fase == "julgamento")`
: "Você pode emitir a sentença."
? (papel == "advogado" && fase == "instrução")
: "Você pode apresentar suas alegações finais."
? (papel == "servidor" && fase == "análise")
: "Organize os autos para análise inicial."
? "Aguardando ação.";
- (B) `mensagem = (papel.equals("juiz") && fase.equals("julgamento"))`
? "Você pode emitir a sentença."
: (papel.equals("advogado") && fase.equals("instrução"))
? "Você pode apresentar suas alegações finais."
: (papel.equals("servidor") && fase.equals("análise"))
? "Organize os autos para análise inicial."
: "Aguardando ação.";
- (C) `$mensagem = ($papel === "juiz" && $fase === "julgamento")`
? "Você pode emitir a sentença."
: ((\$papel === "advogado" && \$fase === "instrução")
? "Você pode apresentar suas alegações finais."
: ((\$papel === "servidor" && \$fase === "análise")
? "Organize os autos para análise inicial."
: "Aguardando ação.));
- (D) `mensagem = ("Você pode emitir a sentença."`
if papel == "juiz" and fase == "julgamento"
else "Você pode apresentar suas alegações finais."
if papel == "advogado" and fase == "instrução"
else "Organize os autos para análise inicial."
if papel == "servidor" and fase == "análise"
else "Aguardando ação."
);
- (E) `mensagem = papel === "juiz" && fase === "julgamento"`
? "Você pode emitir a sentença."
: papel === "advogado" && fase === "instrução"
? "Você pode apresentar suas alegações finais."
: papel === "servidor" && fase === "análise"
? "Organize os autos para análise inicial."
: "Aguardando ação.";

34. Uma Analista está desenvolvendo uma aplicação para uso na rede interna que envia e recebe dados por TCP. Para tanto, ele criou na aplicação o endereço do *socket* TCP/IP que

- (A) concatena o endereço IP da interface do host local com o número da porta TCP local.
- (B) combina o endereço da camada de enlace do host local com o endereço da camada de rede do host de destino.
- (C) concatena o endereço TCP da interface do host local com o endereço lógico da camada de transporte.
- (D) concatena o id da aplicação com o endereço TCP da camada de internet.
- (E) combina os endereços lógicos das camadas de aplicação e transporte com o endereço físico da placa de rede.



35. Um Analista Judiciário, ao descrever em uma documentação interna o tipo de computação utilizada por um Tribunal Regional Federal (TRF), de acordo com o NIST SP 800-145, estabeleceu que ela era composta por
- Modelo de serviço X: O TRF não gerencia nem controla a infraestrutura de nuvem subjacente, incluindo rede, servidores, sistemas operacionais, armazenamento ou mesmo capacidades individuais de aplicativos, com a possível exceção de configurações específicas limitadas do usuário em aplicativos.
 - Modelo de implantação Y: A infraestrutura da nuvem é composta de duas infraestruturas de nuvem distintas, uma privada e uma pública, que permanecem como entidades únicas, mas são interligadas por tecnologia padronizada ou proprietária.

O modelo de serviço e o modelo de implementação descritos na documentação se referem, respectivamente, ao

- (A) IaaS – *Community cloud*.
- (B) PaaS – *Hybrid cloud*.
- (C) SaaS – *Community cloud*.
- (D) SaaS – *Hybrid cloud*.
- (E) PaaS – *Community cloud*.

36. Um Analista precisa implementar controles de segurança para proteger uma infraestrutura que inclui servidores web, banco de dados e comunicação com a nuvem.
- Controle 1: Centralizar e correlacionar logs de eventos de segurança de diferentes dispositivos para identificar possíveis incidentes.
 - Controle 2: Proteger o aplicativo web contra ataques como *SQL Injection* e *Cross-Site Scripting (XSS)*.
 - Controle 3: Restringir o acesso a serviços internos com base em regras de endereços IP e portas.

Os controles 1, 2 e 3 se referem, respectivamente, ao

- (A) WAF – IDS – IPS.
- (B) WAF – IPS – SIEM.
- (C) IPS – SIEM – IDS.
- (D) SIEM – WAF – Firewall.
- (E) IDS – Firewall – WAF.

37. No âmbito da LGPD (Lei Geral de Proteção de Dados), existem as figuras de Controlador, Operador e Encarregado. O papel de tais figuras e a relação entre elas no tratamento de dados pessoais e a Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD), de acordo com LGPD, podem ser realizados por dois agentes de tratamento, o
- (A) Controlador e o Operador, enquanto o Encarregado é a pessoa indicada pelo controlador e operador para atuar como canal de comunicação entre o controlador, os titulares dos dados e a ANPD.
 - (B) Controlador e o Encarregado, enquanto o Operador é a pessoa indicada pelo encarregado e controlador para atuar como canal de comunicação entre o controlador, os titulares dos dados e a ANPD.
 - (C) Encarregado e o Operador, enquanto o controlador é a pessoa indicada pelo Encarregado e operador para atuar como canal de comunicação entre o operador, os titulares dos dados e a ANPD.
 - (D) Controlador e o Operador, enquanto o Encarregado é a pessoa indicada pelo titular e operador para atuar como canal de comunicação entre o controlador, os titulares dos dados e a ANPD.
 - (E) Controlador e o Encarregado, enquanto o Encarregado é a pessoa indicada pelo controlador e titulares para atuar como canal de comunicação entre o controlador, o encarregado dos dados e a ANPD.

38. Uma analista de um tribunal está criando um documento interno com as diretrizes para implantar os controles de acordo com o Controle 18 do CIS Controls v8 sobre Teste de Invasão. Considerando as medidas de segurança abaixo:
- I. Corrigir as descobertas do teste de invasão.
 - II. Validar as Medidas de Segurança.
 - III. Realizar testes de invasão internos periódicos.

Para essas medidas (I, II e III) a função de segurança a ser aplicada, respectivamente, é:

- (A) Identificar, Responder e Identificar.
- (B) Proteger, Identificar e Proteger.
- (C) Proteger, Proteger e Identificar.
- (D) Recuperar, Responder e Responder.
- (E) Responder, Identificar e Proteger.

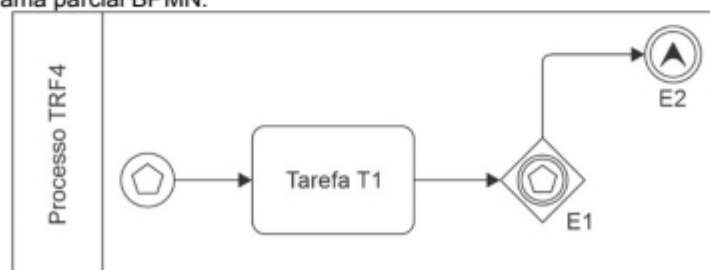


39. Um analista consultou a OWASP Top 10 (Riscos de Segurança em Aplicações Web) de 2021 para, se necessário, corrigir as vulnerabilidades apontadas no ambiente de um Tribunal. Referente ao número 1 da lista, uma das vulnerabilidades comuns é a
- (A) falta de restrições em métodos como POST, PUT e DELETE, permitindo ações não autorizadas.
 - (B) ocorrência dos dados fornecidos pelo usuário não serem validados, filtrados ou sanitizados pela aplicação.
 - (C) falta de proteção de segurança adequada em qualquer parte da *stack* da aplicação ou permissões configuradas incorretamente em serviços de nuvem.
 - (D) falta de testes na compatibilidade de bibliotecas atualizadas, modificadas ou corrigidas.
 - (E) existência de eventos auditáveis, como *logins*, tentativas de *login* malsucedidas e transações de alto valor, não são registrados em logs.
-
40. Uma Analista está implementando um sistema seguro de troca de mensagens via HTTPS e tem dúvidas sobre os conceitos de criptografia e a infraestrutura de chaves públicas (PKI). Ao discutir com outro analista, um deles esclareceu adequadamente que
- (A) a criptografia assimétrica, exemplo RSA, é usada para cifrar toda a comunicação diretamente, pois é mais rápida que a simétrica, enquanto os certificados digitais servem para autenticar o cliente.
 - (B) certificados digitais dispensam o uso de criptografia assimétrica, pois já incluem chaves simétricas pré-compartilhadas, reduzindo a complexidade da PKI.
 - (C) tanto a criptografia simétrica quanto a assimétrica são usadas para autenticação, enquanto os certificados digitais garantem a confidencialidade através da PKI.
 - (D) a criptografia simétrica é utilizada para cifrar o conteúdo da mensagem; a criptografia assimétrica é utilizada para criar a chave simétrica de forma segura; e os certificados digitais validam a identidade do servidor por meio de uma Autoridade Certificadora (AC).
 - (E) a PKI elimina a necessidade de criptografia simétrica, uma vez que as chaves públicas da criptografia assimétrica são suficientes para proteger toda a comunicação com desempenho ideal.
-
41. No decorrer do desenvolvimento de um sistema de suporte à decisão baseado em técnicas de aprendizado de máquina, a equipe de analistas de um tribunal identificou a necessidade de aplicar técnicas de pré-processamento aos dados disponíveis, que incluíam tanto registros tabulares quanto documentos em texto livre. Considerando as práticas de preparação de dados para algoritmos de IA/ML, o pré-processamento de dados estruturados e não estruturados consiste, respectivamente, em atividades como
- (A) compressão de arquivos e criptografia de registros.
 - (B) normalização de variáveis e tokenização de textos.
 - (C) execução de auditoria de sistemas e clusterização de bases.
 - (D) autenticação de usuários e mineração de dados sensíveis.
 - (E) implementação de redes neurais e classificação supervisionada.
-
42. Em um projeto voltado à modernização do acompanhamento processual, a equipe de analistas de um tribunal identificou duas demandas distintas: estimar o prazo de conclusão dos processos judiciais a partir de dados históricos e detectar agrupamentos de demandas com características semelhantes, sem informações prévias de classificação. Com base nos conceitos de aprendizado de máquina, a solução adequada para atender a esses objetivos envolve a utilização de modelos
- (A) baseados em regras, que utilizam conhecimento prévio sobre categorias de dados para identificar padrões e agrupar entradas sem depender de algoritmos de aprendizado automático.
 - (B) supervisionados para classificação de categorias conhecidas e modelos descritivos para análise de similaridades em conjuntos rotulados.
 - (C) supervisionados para tarefas de regressão e classificação, sendo aplicáveis inclusive na identificação de estruturas de agrupamento quando há inferência posterior.
 - (D) descritivos capazes de apoiar a previsão de variáveis em cenários com baixa disponibilidade de rotulagem, com uso complementar de técnicas supervisionadas para refinamento estatístico.
 - (E) descritivos voltados à identificação de padrões ocultos e modelos supervisionados aplicados à previsão de variáveis-alvo.
-
43. Em um projeto de implantação de sistemas de apoio à decisão judicial, a equipe de analistas de um tribunal se depara com a necessidade de avaliar o desempenho de diferentes modelos de aprendizado de máquina. Durante os testes, observa-se que um dos modelos apresenta excelente desempenho nos dados de treinamento, mas performance insatisfatória nos dados de validação. Para diagnosticar e corrigir problemas como esse e selecionar o modelo mais adequado, a equipe deve considerar conceitos como
- (A) normalização de variáveis de entrada, ajuste de hiperparâmetros e ênfase na acurácia como principal métrica para todos os conjuntos de dados.
 - (B) *overfitting*, análise de precisão e *recall*, uso do F1-score e interpretação da curva ROC.
 - (C) ampliação do conjunto de treino e avaliação do desempenho com base em métricas simples, como o percentual de acertos em dados conhecidos.
 - (D) substituição de validação cruzada por divisão fixa dos dados, acompanhada de repetição de testes em conjuntos balanceados.
 - (E) análise do tempo de processamento em paralelo às métricas de avaliação, priorizando modelos com melhor desempenho computacional em tarefas específicas.



44. Na implantação de um novo sistema de gestão processual, a equipe de analistas de um tribunal foi orientada a adotar práticas alinhadas aos princípios de *DevOps* e *DevSecOps*, além de estabelecer um fluxo organizado de versionamento de código-fonte utilizando Git e GitLab. No planejamento do *pipeline* de integração contínua e entrega contínua (CI/CD), optou-se por implementar uma estratégia de ramificação baseada no *Gitflow* para gerenciar versões de produção e desenvolvimento simultaneamente. Considerando essas práticas, a estruturação adequada desse fluxo envolve
- a manutenção de uma *branch* principal voltada à estabilização do código, combinada com *merges* diretos de funcionalidades em produção sempre que aprovadas.
 - a criação de fluxos de entrega contínua estruturados por desenvolvedor, com controle individual de versão descartando a dependência de *branches* colaborativas.
 - a definição de *pipelines* segmentados por ambiente, com *branches* de longa duração integrando demandas operacionais e funcionais em ciclos contínuos.
 - o uso de uma abordagem centralizada em uma única *branch* de desenvolvimento principal, com validações manuais antes da publicação das versões.
 - a utilização de *branches* específicas como "develop" para integração de novas funcionalidades e "master/main" para versões estáveis de produção.
-
45. Em um projeto de modernização da infraestrutura tecnológica de um tribunal, a equipe de analistas foi encarregada de implantar práticas de DevSecOps, integrando mecanismos de monitoramento contínuo e coleta estruturada de *logs* de aplicações em produção. Para isso, definiu-se a utilização do conjunto de ferramentas conhecido como ELK Stack (Elasticsearch, Logstash e Kibana). Com base nessa arquitetura e nos princípios de segurança no *pipeline* de desenvolvimento, a equipe deverá adotar práticas que
- configurem o Logstash para aplicar transformações nos dados coletados e realizar pré-processamento antes de encaminhá-los ao destino configurado, priorizando regras de filtragem voltadas à observabilidade.
 - utilizem o Logstash como parte do fluxo de ingestão de dados, mas concentrem o controle de acesso aos *logs* ao nível de *dashboard*, assumindo que as fontes são sempre confiáveis.
 - empregam o Elasticsearch para indexação e busca eficiente de *logs*, utilizando o Kibana para visualização e análise gráfica dos dados.
 - integrem o Kibana ao *pipeline* de CI/CD como ferramenta de apoio à auditoria de eventos, evitando correlações automáticas entre *logs* de diferentes fontes.
 - mantenham o Elasticsearch configurado com permissões amplas para facilitar a consulta aos dados operacionais por equipes diversas, priorizando a visibilidade sobre a segmentação por perfis.
-
46. Um tribunal está desenvolvendo um novo sistema de gestão processual. Considerando o ciclo de vida do *software* e a engenharia de requisitos a prática de engenharia de *software* mais adequada é aquela em que a equipe de desenvolvimento
- define o ciclo de vida do *software* como um modelo "em Cascata", onde cada fase (requisitos, projeto, implementação, testes, implantação, manutenção) é executada sequencialmente, sem sobreposição, e a fase de requisitos é concluída com a aprovação de um documento detalhado pelo juiz responsável pelo projeto.
 - utiliza uma abordagem iterativa e incremental, com ciclos de desenvolvimento curtos (*sprints*), onde requisitos são priorizados e implementados em cada iteração. A engenharia de requisitos é um processo contínuo, com refinamento dos requisitos a cada iteração, e o sistema é entregue em partes funcionais ao tribunal.
 - foca na prototipação rápida, criando interfaces de usuário em baixa fidelidade para validar os requisitos com os servidores do tribunal. O ciclo de vida do *software* é definido após a aprovação do protótipo, e a documentação dos requisitos é gerada ao final do projeto.
 - adota o modelo em "V", onde os requisitos são validados apenas na fase de testes, após a implementação completa do sistema. A engenharia de requisitos se resume à coleta inicial de informações dos servidores, sem revisões ou validações intermediárias.
 - utiliza uma abordagem ágil, com entregas frequentes de *software* funcionando, mas sem se preocupar com a documentação detalhada dos requisitos. O ciclo de vida do *software* é adaptado a cada iteração, com base no *feedback* dos usuários do tribunal.

47. Considere o seguinte diagrama parcial BPMN:



No diagrama, os elementos E1 e E2 representam, correta e respectivamente, **Gateway**

- | | |
|---------------------------------|--|
| (A) Paralelo Complexo | e Evento Intermediário de Compensação. |
| (B) Inclusivo Baseado em Evento | e Evento Intermediário Condicional. |
| (C) Exclusivo | e Evento Vários paralelos. |
| (D) Baseado em Evento | e Evento Intermediário de Escalonamento. |
| (E) Inclusivo | e Evento <i>Link</i> . |



48. Um Tribunal está implantando a métrica de Pontos de Função e solicita a um Analista a contagem bruta de pontos, cujos requisitos são os seguintes:

- Quantidade de interfaces 2, 1 e 4 (complexidades baixa, média e alta, respectivamente).
- Quantidade de consultas 4, 6 e 3 (complexidades baixa, média e alta, respectivamente).
- Quantidade de saídas 2, 1 e 2 (complexidades baixa, média e alta, respectivamente).
- Quantidade de arquivos lógicos 8, 7 e 3 (complexidades baixa, média e alta, respectivamente).
- Quantidade de entradas 3, 4 e 2 (complexidades baixa, média e alta, respectivamente).

Considere as seguintes métricas de complexidade por tipo de função:

As métricas da complexidade das consultas são iguais às das entradas.

EE 3, 4 e 6 (complexidades baixa, média e alta, respectivamente).

SE 4, 5 e 7 (complexidades baixa, média e alta, respectivamente).

ALI 7, 10 e 15 (complexidades baixa, média e alta, respectivamente).

AIE 5, 7 e 10 (complexidades baixa, média e alta, respectivamente).

O resultado do cálculo correto dos pontos de função brutos é

- (A) 279.
- (B) 325.
- (C) 346.
- (D) 431.
- (E) 512.

49. Considere o seguinte teor da Resolução CNJ nº 574/2024:

Art. 1º O Conselho Nacional de Justiça poderá oferecer, por meio de instrumento próprio, acesso aos dados judiciais públicos previstos no art. 2º da Resolução CNJ nº 121/2010, observadas as restrições dispostas nos §§ 1º e 2º do art. 4º da mesma Resolução.

§ 1º A Presidência deverá regulamentar a imposição de condições para o fornecimento de dados consolidados em repositório centralizado (data lake), por meio de Application Programming Interfaces (APIs), ou outra interface indicada pelo DTI, objetivando resguardar a proteção dos dados pessoais, a confidencialidade, integridade, autenticidade e capacidade de auditoria e controle dos dados fornecidos.

O § 3º do Art. 4º estabelece que o Conselho Nacional de Justiça poderá condicionar o acesso à API ao compromisso de o interessado oferecer

- (A) ao público em geral, em forma de simples acesso por meio de serviços Web e mediante depósito judiciário de valor simbólico a ser instituído em cada caso, os produtos desenvolvidos.
- (B) aos servidores dos três poderes, em forma de simples acesso por meio de serviços Web e mediante depósito judiciário de valor simbólico a ser instituído em cada caso, os produtos desenvolvidos a partir dos dados consumidos do repositório centralizado do CNJ.
- (C) a cada solicitante, mediante cadastramento de usuário e senha e dados pessoais, de forma não onerosa, na Plataforma Digital do Poder Judiciário (PDPJ-Br) a partir dos dados consumidos de sua responsabilidade.
- (D) a cada solicitante, mediante cadastramento de dados pessoais e depósito judiciário de valor simbólico a ser instituído em cada caso, na Plataforma Digital do Poder Judiciário (PDPJ-Br) a partir dos dados consumidos de sua responsabilidade.
- (E) aos magistrados e servidores do Poder Judiciário, de forma não onerosa e por meio da Plataforma Digital do Poder Judiciário (PDPJ-Br), os produtos desenvolvidos a partir dos dados consumidos do repositório centralizado do CNJ.

50. Considere o seguinte teor da Portaria CNJ nº 162/2021:

5. Competência de atuação

5.1 Deverá ser formalmente instituída Equipe de Tratamento e Resposta a Incidentes de Segurança Cibernética (ETIR), em todos os órgãos do Poder Judiciário, à exceção do STF.

5.2 A ETIR poderá solicitar apoio multidisciplinar para responder aos incidentes de segurança de maneira adequada e tempestiva,

- (A) em áreas como: tecnologia da informação, segurança da informação, jurídica, pesquisas judiciárias, comunicação, controle interno, segurança institucional, entre outras.
- (B) ao setor de segurança pública das três esferas administrativas governamentais, quando cabível e à área de comunicação federal quando o incidente contar com o risco de alastramento a nível país.
- (C) ao setor de segurança da informação, excetuando-se tecnologia da informação e comunicação, quando cabível, e à área de comunicação federal quando o incidente contar com o risco de alastramento a nível país.
- (D) em áreas como: gestão de dados em nuvem, segurança corporativa, administrativo-financeiras, excetuando-se gerência de materiais, tecnologia da informação e segurança institucional que por si só já atuam nesse mister.
- (E) ao setor de segurança pública das três esferas administrativas governamentais e dos três poderes, quando cabível, e à área de comunicação federal quando o incidente contar com o risco de alastramento a nível país.



PROVA DISCURSIVA-ESTUDO DE CASO

Instruções Gerais:

Conforme Edital publicado, *Capítulo 11: item 11.1 A Prova Discursiva-Estudo de Caso constará de 01 (uma) questão prática, para a qual o candidato deverá apresentar, por escrito, as soluções. [...] 11.14 Na Prova Discursiva-Estudo de Caso, deverá ser rigorosamente observado o limite máximo de 20 (vinte) linhas, sob pena de perda de pontos a serem atribuídos ao Estudo de Caso. [...] 11.15 A folha para rascunho no Caderno de Provas é de preenchimento facultativo. Em hipótese alguma o rascunho elaborado pelo candidato será considerado na correção da Prova Discursiva-Estudo de Caso pela Banca Examinadora. [...]*

QUESTÃO 1

Um Tribunal recebeu um bloco de endereços IPv4 (por exemplo, 200.0.0.0/24) para reorganizar sua infraestrutura de rede em sub-redes segmentadas (Administração, Julgamentos, TI e Corregedoria), todas com acesso seguro à Internet. Cada uma dessas redes acomodará um número estimado de dispositivos (estações de trabalho, servidores, equipamentos de rede e outros), devendo haver planejamento cuidadoso para evitar desperdícios de endereços e, ao mesmo tempo, permitir expansão futura. A modernização da infraestrutura exige conformidade com normas de segurança (ABNT NBR ISO/IEC 27001:2024, LGPD etc.) e a implementação de mecanismos para proteger dados sensíveis contra ameaças externas e internas.

Após a reorganização da rede, o Tribunal planeja migrar suas aplicações Java monolíticas para uma arquitetura de microsserviços que utilize tecnologias com autenticação e autorização robustas. Entre as soluções desejadas para a nova arquitetura, incluem-se a descoberta de serviços, para registro e localização dinâmica dos microsserviços; o uso de um mecanismo para roteamento e aplicação de regras de segurança em um ponto central; e o versionamento do banco de dados, garantindo que cada serviço tenha um processo controlado de migração e *rollback*.

No contexto acima, pede-se uma análise que abranja o planejamento de sub-redes (aproveitando de forma eficiente o bloco 200.0.0.0/24), a seleção e integração dos controles de segurança adequados, a definição de como os microsserviços devem se estruturar (incluindo persistência de dados e comunicação entre serviços) e as práticas de DevOps/DevSecOps que assegurem confiabilidade, escalabilidade e aderência às normas de segurança da informação.

Considerando, hipoteticamente, que você é o Analista de Sistemas de Informação que fará essa análise, descreva e justifique de forma correta e objetiva:

- Como planejará as sub-redes a partir do bloco 200.0.0.0/24, garantindo 64 endereços cada sub-rede, acesso seguro à Internet, segmentação do tráfego e minimização de possíveis desperdícios de IPs. Informe os endereços de sub-redes de cada sub-rede.
- Quais controles de segurança implementará para proteger a rede interna contra ameaças externas e como eles se integrarão, ou seja, o que você recomendará para realizar filtragem de pacotes e inspeção em camadas superiores, para monitoramento de tráfego malicioso, para proteção de aplicações web, para conexões externas seguras, para correlação e análise de *logs* em tempo real e para proteção dos *endpoints*.
- Como você estruturará os microsserviços de forma a haver comunicação padronizada, versionamento de banco de dados, descoberta de serviço, roteamento e política de segurança, empacotamento dos serviços e orquestração para prover escalabilidade automática e alta disponibilidade.

Observação: É necessário informar na sua resposta, obrigatoriamente, a letra do item correspondente.

01	
02	
03	
04	
05	
06	
07	
08	
09	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	

